
RELATÓRIO DE GESTÃO 2022 - 2023

Supervisão da Infância e Juventude
Coordenadoria das Varas da
Infância e Juventude



Supervisão da Infância e Juventude

COMPOSIÇÃO DO BIÊNIO - 2022/2023

- **JORGE HENRIQUE VALLE DOS SANTOS**

Desembargador

Supervisor dos Juizados da Infância e Juventude

Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude

COMPOSIÇÃO DO BIÊNIO - 2022/2023

- **ARION MERGÁR**

Juiz de Direito

Coordenador das Varas da Infância e Juventude

- **ALDAIR PROCÓPIO**

Analista Judiciário

Comissário de Justiça da Infância e Juventude

- **EWERTON VIEIRA NASCIMENTO**

Analista Judiciário - Agente Judiciário

- **LEANDRO GAMA MORAES**

Analista Judiciário - Psicologia

- **LUCILENE MOL ROBERTO**

Assessora Técnica

Programa Fazendo Justiça - CNJ

- **VERA SUZANA MIRANDA SUZANO RUTSATZ**

Analista Judiciário - Serviço Social

- **VITOR PASSOS MOREIRA**

Estagiário



Sumário

| | | |
|----------------------|-------|----|
| Apresentação | _____ | 4 |
| Realizações | _____ | 5 |
| Momentos Importantes | _____ | 8 |
| Fontes | _____ | 18 |





Apresentação

A Coordenadoria da Infância e da Juventude foi criada em 27 de outubro de 2009 a partir da determinação da Resolução 94/2009 do CNJ. No Estado do Espírito Santo, a Resolução TJ/ES nº 009 de 2010 cria dentro da estrutura organizacional do Poder Judiciário a Coordenadoria da Infância e Juventude, órgão subordinado à Supervisão dos Juizados da Infância e Juventude e de permanente assessoria da Presidência do TJ/ES, cujas atribuições destacamos: dar suporte aos Magistrados, servidores e às equipes multiprofissionais das Varas da Infância e Juventude, efetivar propostas de intervenção em âmbito estadual e no atendimento às diretrizes nacionais, celebrar parcerias, desenvolver projetos na área da Infância e Juventude e outros, sempre com a finalidade de melhoria da prestação jurisdicional.

O presente relatório apresenta uma compilação detalhada dos principais projetos, ações e programas desenvolvidos no biênio 2022-2023. Ele visa proporcionar aos membros do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, às demais autoridades estaduais e a todos que dele tomarem conhecimento, um panorama das atividades empreendidas, reforçando o compromisso com o princípio da transparência, tão fundamental à Administração Pública.

Durante este período foram implementadas significativas inovações que abrangem eixos estruturantes como Cidadania, Socioeducação, Proporcionalidade Penal, entre outros. Tais avanços foram viabilizados graças ao incondicional apoio da gestão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e à dedicação incansável de juízes, servidores e equipe técnica, todos empenhados em assegurar a efetividade do sistema de justiça voltado à infância e juventude.

É importante frisar que, apesar dos consideráveis progressos, a Supervisão dos Juizados da Infância e a Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude permanecem em um processo contínuo de aprimoramento. Estamos em uma jornada de evolução institucional que visa à incorporação e aplicação das melhores práticas no domínio da infância e juventude.

Este Relatório busca ilustrar o profundo compromisso da Supervisão, da Coordenadoria da Infância e do próprio Tribunal de Justiça do Espírito Santo com os direitos das crianças e adolescentes. Nossa missão é promover, valorizar e respeitar esses direitos, assegurando a proteção legal e a prioridade absoluta que a Constituição confere a esse público tão essencial para o futuro da nossa sociedade.

JORGE HENRIQUE VALLE DOS SANTOS

Desembargador

Supervisor dos Juizados da Infância e Juventude



Realizações

01

Publicação do Ato Normativo Conjunto 010/2022 - Dispõe sobre os procedimentos para autorização de viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes

02

Publicação do Ato Normativo Conjunto 014/2022 - Altera o Ato Normativo Conjunto nº 003/2015, que Criou o Núcleo de Reconhecimento Voluntário de Paternidade.

03

Publicação do Ato Normativo 034/2022, que designa membros para compor o Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa (NUGJUR)

04

Publicação do Ato Normativo Conjunto 003/2023 - Dispõe sobre os procedimentos de atendimento nos serviços da rede de atenção e cuidado materno-infantil - Entrega Voluntária

05

Publicação do Ato Normativo Conjunto 06/2023 - Dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação, implementação e execução da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Executivo, disciplinando os procedimentos administrativos e judiciais para ingresso e transferência de socioeducando(a), em cumprimento de medida socioeducativa em unidades de internação, semiliberdade e internação

06

Publicação do Ato Normativo 07/2023 - Institui o Comitê Gestor Local da Política Judiciária para a Primeira Infância

07

Publicação do Ato Normativo Conjunto 010/2023 - Incluir Magistrado Colaborador do Grupo de Monitoramento do Sistema Socioeducativo (GMF-SS)

08

Publicação do Ato Normativo 012/2023, que designa servidores como referência técnica do Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa (NUGJUR)

09

Publicação do Ato Normativo Conjunto 013/2023 - Regulamenta no âmbito do Poder Judiciário deste estado os procedimentos quando ocorrer a apreensão de adolescente por força de cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão

10

Publicação do Ato Normativo Conjunto 014/2023 - Dispõe sobre os procedimentos judiciais no Plantão Judiciário acerca da matéria infracional

11

Publicação da Resolução 010/2023 - Altera o §3º do art. 3º da Resolução nº 07/2016, que instituiu o Programa de Estágio Remunerado no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.



Realizações

12

Publicação da Resolução 018/2023 - Institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, a metodologia de realização de audiências concentradas socioeducativas

13

Publicação da Resolução 028/2023 - Insere a alínea "h" no artigo 4ª da Resolução 029/2010, que dispõe sobre o regime de plantão judiciário em primeiro e segundo grau de jurisdição e das outras providências (Audiência de Apresentação no plantão judiciário)

14

Publicação da Resolução 029/2023 - Regionaliza Juízos de Execução de medidas Socioeducativas, Meio Fechado e Semiliberdade

15

Acordo de Cooperação Técnica entre Poder Judiciário e Municípios - Cessão de Assistentes Sociais e Psicólogos - Proc. SEI nº 7004738-78.2021.8.08.0000

16

Acordo de Cooperação Técnica entre Poder Judiciário e Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo - Programa Meu Pai é Legal, com ênfase no Sistema Prisional on-line

17

Acordo de Cooperação Técnica entre Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo e a Associação dos Amigos dos Autistas do Espírito Santo (AMAES) - Proc. SEI nº 7006739-07.2022.8.08.0000

18

Acordo de Cooperação Técnica entre Poder Judiciário e Polícia Civil do Estado do Espírito Santo para disponibilizar o acesso da DEACLE ao Ejud - Proc. SEI nº 7007877-67.2023.8.08.0000

19

Capacitação para habilitação de pretendentes à adoção e técnicos do PJES - 2022 - Proc. SEI nº 7001665-64.2022.8.08.0000

20

Capacitação - Depoimento Especial pelo protocolo brasileiro em Entrevista Forense - 2022 - Ato Normativo nº 133/2022, Ato Normativo nº 151/2022 - Proc. SEI nº 7002673-13.2021.8.08.0000

21

Capacitação - Depoimento Especial pelo protocolo brasileiro em Entrevista Forense - 2023 - Ato Normativo nº 564/2023 - Proc. SEI nº 7006535-55.2022.8.08.0000



Realizações

22

Capacitação sobre Transtorno do Espectro Autista - Proc. SEI nº 7001128-34.2023.8.08.0000

23

Capacitação Sistema Nacional de Adoção (SNA) para Magistrados - Proc. SEI nº 7006533-85.2022.8.08.0000

24

Instalação das salas especializadas para realização de audiência de Depoimento Especial - Proc. SEI nº 7003403-58.2020.8.08.0000

25

Proposta de Credenciamento para serviço psicossocial - Proc. SEI nº 7004724-60.2022.8.08.0000

26

Proposta de implantação de programa Jovem Aprendiz - Projeto Aprender a Vencer - Proc. SEI nº 7002337-77.2022.8.08.0000

27

Elaboração e publicação do fluxo do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM) - Proc. SEI nº 7007587-86.2022.8.08.0000

28

Ações para fortalecimento do Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo - CIASE

29

Adesão à Campanhas Nacionais na área da Infância e Juventude

30

Campanhas sobre conscientização das necessidades e direitos das pessoas com transtorno do espectro autista

31

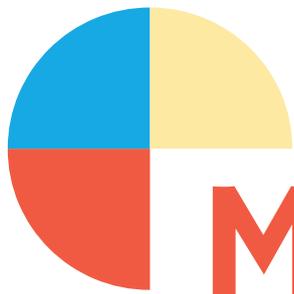
Participação presencial nos encontros nacionais dos Coordenadores da Infância e Juventude

32

Participação presencial de magistrados e servidores nos eventos nacionais na área da Infância e Juventude

33

Realização de Círculos de Justiça Restaurativa



Momentos Importantes

Assinatura do Ato Normativo que cria a Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Fabio Clem de Oliveira, o supervisor das Varas da Infância e da Juventude do TJES, desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, e o diretor-presidente do Instituto de Atendimento socioeducativo do Estado do Espírito Santo (IASSES), Fábio Modesto de Amorim Filho, assinaram, na última quarta-feira (12/04), o Ato Normativo Conjunto nº 06/2023, que prevê a criação, implementação e execução da Central de Vagas no Sistema Estadual Socioeducativo.



O coordenador das Varas da Infância e da Juventude, juiz Arion Mergár também estava presente.

Segundo o documento, publicado no e-diário na última quinta-feira (13/04) e republicado nesta sexta-feira (14/04), a criação e regulamentação da Central de Vagas é fruto de uma atuação conjunta entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo de competência do IASSES a implementação e execução.

A Central de Vagas será responsável por receber e processar as solicitações de vagas formuladas pelo Poder Judiciário, cabendo-lhe indicar a disponibilidade de alocação de adolescente em unidade de atendimento ou, em caso de indisponibilidade, sua inclusão em lista de espera até a liberação de vaga adequada à medida aplicada.

O Ato Normativo prevê, ainda, que será elaborada lista única, observados os critérios de regionalização, obedecendo o ordenamento jurídico e precedentes dos tribunais superiores.



Evento virtual sobre aprimoramento de políticas para pessoas com autismo - Autismo e suas Realidades



Pollyana Paraguassú Posse, Vinícius Vieira Mota, Lisa Morelo, Fernanda Mappa, Carlos Gadia, Anna Beatriz Carnieli H. Rodrigues e Denys Rangel Moraes

O presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário Estadual e supervisor das Varas da Infância e da Juventude do TJES, desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, abriu os trabalhos do evento Autismo e suas Realidades, que aconteceu em formato virtual na tarde da última sexta-feira (14).

O anfitrião destacou os significativos avanços legislativos alcançados nos últimos anos no sentido de garantir os direitos das pessoas com autismo, como a Lei Berenice Piana e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, contudo, ainda há muito a ser feito.

“Os desafios que enfrentamos para garantir a inclusão das pessoas com autismo são muitos, como a falta de acessibilidade em diversos setores, falta de informação e a discriminação, mas esses desafios não podem nos desanimar, pelo contrário, devem nos motivar a buscar soluções e trabalhar para aprimorar nossas políticas e práticas”, enfatizou o desembargador Jorge Henrique.

Também deu as boas-vindas aos participantes o coordenador das Varas da Infância e da Juventude do TJES, juiz Arion Mergár. Já a condução dos convidados ficou a cargo da promotora do Ministério Público Paula Pazolini.

O encontro foi transmitido ao vivo pelo canal do TJES no youtube.



Visita do conselheiro Richard Pae Kim, do Conselho Nacional de Justiça

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu, na última sexta-feira (27/03), a visita do Presidente do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj), conselheiro Richard Pae Kim, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O conselheiro foi recebido pelo coordenador das varas de infância e da juventude do TJES, juiz Arion Mergár e pelos juízes assessores especiais da presidência, Daniel Peçanha Moreira e Ezequiel Turíbio. O supervisor das varas da infância e da juventude do TJES, desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, participou virtualmente do encontro.

O juiz corregedor Daniel Barrione e o juiz Grécio Grégio participaram do encontro, que também reuniu servidores integrantes da coordenadoria das varas da infância e da juventude, bem como da Comissão Estadual Judiciária de Adoção.

Entre os assuntos abordados na reunião, a estrutura da coordenadoria, bem como as ações realizadas no Estado na área da infância e da juventude.



Encontro reuniu magistrados e servidores da área, bem como integrantes da CEJA.



Participação no Encontro de GMFs e da Justiça Juvenil - CNJ



Os Grupos de Fiscalização e Monitoramento dos sistemas carcerário e socioeducativo do TJES participaram, nesta quinta e sexta-feira (13 e 14 de julho), do Encontro Nacional promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, em Brasília.

Representam o GMF do sistema carcerário o desembargador Fernando Zardini Antonio, a Juíza Gisele Souza de Oliveira e o analista Leandro Silva Oliveira e o socioeducativo foi representado pelos Juízes Arion Mergár e Vladson Couto Bittencourt.

Além do TJES participaram do encontro os Tribunais de Justiça de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O Encontro começou no dia 3 e vai até 18 de julho, alternando datas dedicadas à atuação dos GMFs nos territórios e outras voltadas exclusivamente para a temática da Justiça Juvenil. O evento tem apoio técnico do Programa Fazendo Justiça, executado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e diversos apoiadores.

Grupos de Fiscalização e Monitoramento dos sistemas carcerário e socioeducativo do TJES se reuniram com outros tribunais do país para discutir estratégias.



Visita de Representantes do CNJ às Unidades Socioeducativas do Estado



Juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça esteve na Unis de Linhares e depois visitou a Unis de Cariacica e o Ciase em Vitória.

O magistrado estava acompanhado da coordenadora científica da UMF/CNJ, doutora Flavia Piovesan, a coordenadora-executiva da UMF, Andrea de Souza Perdigão, além da defensora pública Juliana Linhares de Aguiar Lopes (UMF).

Também estavam presentes o supervisor da Coordenadoria das Varas da Infância e da Juventude do Estado, desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, bem como o coordenador, juiz Arion Mergár, além do juiz Vladson Couto Bittencourt, da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Vitória.

Os representantes do CNJ conheceram as instalações das unidades socioeducativas de Linhares e Cariacica (Unis-Cariacica) e conversaram com magistrados, servidores, gerentes, agentes, profissionais de saúde e com os próprios adolescentes socioeducandos.

O juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Edinaldo César Santos Júnior, esteve no Espírito Santo na última semana, em missão com o objetivo de conhecer melhor o funcionamento do sistema socioeducativo no Estado e avaliar o atendimento que tem sido prestado aos adolescentes em conflito com a lei.

O magistrado estava acompanhado da coordenadora científica da UMF/CNJ, doutora Flavia Piovesan, a coordenadora-executiva da UMF, Andrea de Souza Perdigão, além da defensora pública Juliana Linhares de Aguiar Lopes (UMF).



Visita de Representantes do CNJ ao Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo - CIASE

A juíza Richarda Littig, do Ciasse, recepcionou a todos, apresentando as instalações. Estavam presentes, ainda, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Civil e do IASES.

Ao final da apresentação musical, o juiz Ednaldo César falou a todos os presentes sobre suas impressões:

“Infelizmente a ministra Rosa Weber não pode estar conosco, mas nos deu a possibilidade de, enquanto expectadores, assistir a um coral como este hoje à tarde.

De logo eu quero agradecer a vocês, essa comunidade socioeducativa da qual o dr. Vladson fez referência, e dizer da minha alegria, porque a gente vem andando por tantos lugares desse país nesse último ano, mas ainda não tínhamos visto algo nesse sentido, de união entre todos aqueles que fazem a comunidade socioeducativa. Então é um prazer e uma honra estar aqui neste momento e, sem sombra de dúvidas, levarei à ministra Rosa Weber toda essa sensação de alegria e beleza desse encontro que nós tivemos aqui”, destacou o magistrado.

“E aos adolescentes que aqui nos ouvem eu digo: tenham absoluta certeza de que o Estado do Espírito Santo, as instituições, tem pensado em vocês. Mas, mais do que isso, falando da minha casa: o Conselho Nacional de Justiça incansavelmente tem pensado na socioeducação.



Continuem contando conosco nessa grande viagem com rumo certo, que é uma sociedade forte. Nosso olhar para nossas adolescentes e nossos adolescentes precisa ser outro. Não pode ser um olhar de quem pensa em sistema penitenciário. Que junto com todos vocês isso se torne uma grande realidade pro Espírito Santo e todo o Estado Brasileiro!”, concluiu o magistrado.

Visita do Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Edinaldo César Santos Júnior

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Fabio Clem de Oliveira, recebeu, na última sexta-feira (18/08), a visita do juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Edinaldo César Santos Júnior.

Após visitas realizadas a unidades socioeducativas de Linhares e Cariacica e ao Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (Ciase), em Vitória, e encontros com juízes responsáveis pela socioeducação, o magistrado cumprimentou o presidente, destacando alguns pontos importantes da visita do CNJ e agradecendo a forma com que todos da equipe foram recebidos no Estado.

“O Poder Judiciário do Espírito Santo está fazendo a sua parte a ponto de eu ter feito essa referência hoje, em visita ao Ciase, elogiando nesse sentido, o trabalho realizado por Vossa Excelência”, destacou o magistrado.

“Sem sombra de dúvidas, quando a gente prioriza a infância e juventude, a gente está fazendo, me parece, uma boa escolha”, completou.

Também estavam presentes o supervisor da Coordenadoria das Varas da Infância e da Juventude do Estado, desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, bem como o coordenador, juiz Arion Mergár, e os juízes assessores especiais da Presidência do TJES, Daniel Peçanha Moreira e Ezequiel Turíbio.

Ainda pelo CNJ, estiveram presentes, além do juiz Edinaldo César Santos Júnior, a coordenadora científica da UMF/CNJ, doutora Flavia Piovesan, a coordenadora-executiva da UMF, Andrea de Souza Perdigão, além da defensora pública Juliana Linhares de Aguiar Lopes (UMF).

“Em nome da ministra Rosa Weber, presidente, nossos parabéns pelo compromisso deste Tribunal com as belas causas. Passos significativos foram dados. Fizemos questão de vir aqui externar nossa gratidão e reconhecimento e a alegria de estarmos juntos nessa cooperação, para que transformações ocorram”, destacou Flavia Piovesan.



O presidente do TJES agradeceu e citou as últimas iniciativas do Poder Judiciário Estadual na área da infância e da juventude e em defesa dos direitos humanos, como a criação da Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente (VECA) e a implementação da Central de Vagas no Sistema Socioeducativo.

Visita da Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Rosa Weber



A presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, foi recebida no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), nesta sexta-feira (01/9), numa pequena solenidade em que a Justiça Estadual firmou sua adesão à Política Nacional do Poder Judiciário de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos.

A ministra Rosa Weber agradeceu pela maneira fidalga e generosa com que foi recebida no estado. “Encerrar o meu ciclo no Supremo Tribunal Federal, em setembro, com uma visita a Vitória causa uma enorme alegria, uma enorme satisfação. Tive a honra de, nesse estado, entrar em contato com um esforço, e isso de fato me sensibiliza, um enorme esforço para superação de dificuldades que nós sabemos existentes. Não visitei o sistema prisional, mas estive agora em Cariacica, no sistema socioeducativo, que já foi alvo e ainda é da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e na verdade vendo o esforço que está sendo feito para o enfrentamento de um desafio que tem visíveis progressos. E isso a mim causa uma enorme satisfação e eu tenho certeza de que é orgulho de todos e deve ser orgulho de todos que aqui estão. Pois na verdade problemas existem e muitos, de toda a ordem e em todo o País, o importante é enfrentá-los”, ressaltou.

O desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, supervisor das Varas da Infância e da Juventude do TJES, destacou que o protocolo de intenções está de acordo com os princípios e regras assumidos pelo Estado Brasileiro em Tratados e Convenções Internacionais e da Convenção sobre os Direitos das Crianças, ao dispor sobre o tratamento humano na privação de liberdade e o respeito à dignidade, levando-se em consideração as necessidades inerentes à idade.



Visita da Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Rosa Weber, à Unidade Socioeducativa do Estado

A presidente do Conselho Nacional de Justiça esteve na Unidade de Internação Socioeducativa (Unis) de Cariacica. A visita teve o objetivo de conhecer melhor o funcionamento do sistema socioeducativo no Estado e avaliar o atendimento que tem sido prestado aos adolescentes em conflito com a lei.

A ministra Rosa Weber estava acompanhada dos juízes auxiliares da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Edinaldo César Santos Júnior, Luís Lanfredi e Gabriel da Silveira Matos, e fez questão de cumprimentar cada adolescente, além de participar de uma roda de conversa privada com os socioeducandos.

Também estavam presentes o supervisor da Coordenadoria das Varas da Infância e da Juventude do Estado, desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, bem como o coordenador, juiz Arion Mergár, o supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais, Fernando Zardini Antonio, assim como a coordenadora, juíza Gisele Souza de Oliveira, além do juiz Vladson Couto Bittencourt, da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Vitória.



Presidente do CNJ visitou unidade socioeducativa do Estado



Em seguida, a ministra foi recebida no Palácio Anchieta pelo governador do Estado, onde foi agraciada com a Comenda Jerônimo Monteiro.



- <https://www.tjes.jus.br/juizes-estaduais-que-integram-o-comite-de-saude-representaram-o-tjes-no-i-congresso-do-forum-nacional-do-judiciario-para-a-saude/>
- <https://www.tjes.jus.br/ato-normativo-conjunto-cria-central-de-vagas-no-sistema-estadual-de-atendimento-socioeducativo/>
- <https://www.tjes.jus.br/tjes-promoveu-evento-virtual-sobre-o-aprimoramento-de-politicas-para-pessoas-com-autismo/>
- <https://www.tjes.jus.br/conselheiro-richard-pae-kim-se-reune-com-a-coordenadoria-da-infancia-e-da-juventude-do-tjes/>
- <https://www.tjes.jus.br/tribunal-de-justica-do-espírito-santo-participa-de-encontro-promovido-pelo-conselho-nacional-de-justica/>
- <https://www.tjes.jus.br/representantes-do-cnj-visitaram-unidades-socioeducativas-do-estado/>
- <https://www.tjes.jus.br/presidente-do-tjes-recebe-o-juiz-auxiliar-da-presidencia-do-conselho-nacional-de-justica/>
- <https://www.tjes.jus.br/tribunal-de-justica-do-espírito-santo-recebeu-a-presidente-do-conselho-nacional-de-justica-e-do-supremo-tribunal-federal-nesta-sexta-feira-01/>